



A recepção de estrangeiros em Portugal no século XV

The foreign's reception in Portugal in the fifteenth century

ALMEIDA, Paula Sposito¹

RESUMO: O Quatrocentos ficou conhecido como o século das longas e longínquas viagens para lugares distantes e desconhecidos. Mas não eram só as terras do Oriente e da África a atrair peregrinos, aventureiros, mercadores, cavaleiros e embaixadores, as relações entre cortes, a oportunidade de carreiras e as peregrinações aos lugares santos como Santiago de Compostela, também moviam homens para os lugares próximos e conhecidos. Alguns viajantes que se dirigiram ao reino português foram recebidos com festas e banquetes e agraciados com presentes dos reis. O artigo tem como objetivo analisar nos relatos desses homens as descrições sobre a recepção de estrangeiros que estavam relacionadas à corte régia portuguesa, tendo em vista os diferentes perfis desses homens, as distintas motivações de partida e as discrepâncias e semelhanças nas avaliações, a despeito da proximidade temporal das viagens. Para tal, cotejaremos os relatos dos viajantes europeus, Jorge de Egingen, Nicolás de Popielovo,

¹ Mestranda em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca – SP (FCHS), sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Susani Silveira Lemos França. Bolsista FAPESP. E-mail: paulaspsto@hotmail.com

HieronymusMunzer, León de Rosmithal e Roger Machado, que empreenderam suas viagens entre os anos de 1450 e 1495.

Palavras-chave: Relatos de viagens; Corte régia portuguesa; Século XV.

ABSTRACT:The Fifteenth century was known as the century of long and distant journeys to distant and unknown places. But it was not only the lands of the East and Africa that attracted pilgrims, adventurers, merchants, knights and ambassadors, the relations between courts, the opportunity of careers and the pilgrimages to holy places like Santiago de Compostela, also moved men to nearby places and known. Some travelers who went to the Portuguese kingdom were welcomed with feasts and banquets and graced with gifts of kings. The article aims to analyze in the reports of these men the descriptions about the reception of foreigners that were related to the Portuguese royal court, considering the different profiles of these men, the different motivations of departure and the discrepancies and similarities in the evaluations, despite the temporal proximity of travel. For this, we will compare the reports of European travelers, Jorge de Ehingen, Nicolás de Popielovo, Hieronymus Munzer, León de Rosmithal and Roger Machado, who traveled between 1450 and 1495.

Keywords: Travelers reports; Portuguese royal court; Fifteenth Century.

Muitos foram os que, durante o século XV, levantaram as velas das naus e subiram em cavalos no intuito de afiançar relações diplomáticas, conseguir a graça dos reis, vender e comprar produtos comerciais ou mesmo lançar-se em busca de aventuras, intentando conhecer aspartes cada vez mais longínquas do orbe. Entretanto, não eram só as terras distantes a atrair os viajantes, os lugares próximos, especialmente pelas relações entre cortes, as oportunidades de carreira e as novidades dos reinos cristãos, também motivaram suas viagens. Muitas foram as viagens que permaneceram com seus viajantes, mas alguns se preocuparam em registrar em diários, crônicas e documentos diplomáticos o desenrolar de suas andanças, descrevendo suas motivações de partida, os lugares, os espaços e os povos encontrados. As descrições de ordem espiritual, legendária ou miraculosa que preenchiavam as linhas dos relatos de viagem até o século XIII, passaram a dar lugar aos comentários profanos, deslocando os olhares aos aspectos físicos dos lugares e à diversidade dos povos.

Os relatos de viajantes escritos durante o século XV abrem espaço para pensarmos nas peculiaridades relatadas de povos distantes e não tão distantes assim, que foram a matéria das penas daqueles que se arriscaram em mar e terra para vê-los de perto. Dizem também, de si mesmo no outro, nos permitindo igualmente ver as aproximações e distanciamentos entre as culturas. Desse modo, os relatos fazem parte de uma trama que ajudam a evidenciar as mudanças e permanências dos costumes, como as singularidades das práticas humanas no interior dos reinos, povos ou culturas, nessa dinâmica do daquele que de cá, fala do de lá (VEYNE, 2014, p. 42-45). A especificidade dessas narrativas escritas durante a centúria de Quatrocentos, consiste em sua redação em línguas vernaculares em detrimento do latim, dando lugar aos termos técnicos e ao interesse pessoal pelo cotidiano (MOLLAT, 1990, p. 9-12).

Levando em conta tais questões, procuraremos analisar aspectos relacionados à corte portuguesa e que incidiam diretamente sobre os viajantes estrangeiros,mais especificamente aquilo que destacaram sobre as festividades de recepção, os presentes

recebidos, a figura dos reis e os membros cortesãos que encontraram. A partir da análise dos relatos de viagens dos estrangeiros Roger Machado, Nicolás de Popielovo, Jerônimo Munzer, Jorge de Ehingen e León de Rosmihal, buscaremos mapear as semelhanças e discrepâncias das descrições a despeito de sua proximidade temporal.

Tais descrições acerca dos reis, da suntuosidade das cerimônias de recepção da corte portuguesa e das impressões que tiveram sobre os presentes recebidos e os cortesãos, serão vistas de forma mais esmiuçada no artigo que se segue, considerando as particularidades de cada relato e de cada viagem. Atentaremos, igualmente, às orientações comuns àqueles tipos de relatos e aos valores partilhados por aqueles homens, tendo em vista os diferentes perfis dos viajantes: nobres, cavaleiros e embaixadores. Nosso objetivo, contudo, consiste em mapear as descrições acerca das festas, das cerimônias, dos presentes e, de um modo geral, das atividades relacionadas a um meio social bem definido, a corte régia, em uma circunstância específica, a recepção de estrangeiros. Interessados também nas novidades da expansão em África, os viajantes não deixaram de registrar detalhes daquele empreendimento, se mostrando, algumas vezes, conhecedores desses desdobramentos desde os tempos de D. João I.²

Por que viajar em Portugal

Embora movidos por distintas razões no empreendimento e objetivo de suas viagens, o reino português no século XV constituía um território de interesse a estrangeiros devido ao atraentecomércio ultramarino das caravelas que cotidianamente iam e vinham trazendo produtos da África e do Oriente, e devido também a recente guerra com fins políticos e religiosos que operava-seno norte da África contra o avanço do Islã. Os reis avisinos haviam se colocado à frente desta batalha pela retomada do território africano, em uma dupla iniciativa que buscava retomar o continente africano dos mouros e a realização de um feito que trouxesse honra e prestígio aos Infantes.

Na Cristandade, as noções fragmentadas sobre o território africano provinham de leituras veterotestamentárias, dos filósofos gregos antigos, das leituras de santos como Agostinho de Hipona e de cartas que circulavam desde o século XIII atribuídas ao suposto rei de cristãos nestorianos que reinava na Abíssina, o conhecido Preste João (NEWTON, 1967, p. 175). Sobre este poderoso soberano, acreditava-se que seu reino era circundado por rios que nasciam no Paraíso Terreal, opulento de pedras preciosas, ouro, pimenta e escravos, e apesar das inúmeras confusões entorno da figura deste rei e da exata localização de seu reino, nos meios portugueses, desde pelo menos o século XIV, era já corrente localizar o reino do Preste João em África.³Supôs-se, inicialmente, que a capital do reino fosse Mali, capital do Império Mandinga, e, portanto, os domínios desse monarca africano se estendiam ao Atlântico, o que conferiu certo vigor às explorações

² Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Temático “Escritos sobre os Novos Mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A FAPESP financiou, também, a pesquisa da qual o presente artigo se origina, realizada durante a iniciação científica e que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A corte Quatrocentista portuguesa descrita pelos cronistas e exibida aos viajantes” apresentado ao departamento do curso de História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” em Novembro de 2016.

³ Tal suposição provinha das descrições contidas no *Libro del Conocimiento de todos los reinos* escrito por um frade mendicante, livro que circulava entre capelães nas Ilhas Atlântica – é sabido da presença portuguesa lá desde meados do século XIV.

portuguesas a sul de Marrocos a partir daquele século.

Após a tomada das praças marroquinas pelos portugueses nas primeiras décadas do século XV, esta presença foi fixada em África facilitando o acesso a informações sobre os povos locais, os lugares e os produtos nativos. Outra fonte de conhecimento entre os portugueses era a cartografia, especialmente a cartografia italiana, por volta de 1459 D. Afonso V encomendou um mapa do italiano Fra Mauro em que a África era pintada com uma extremidade meridional circum-navegável, mostrando, desse modo, a possibilidade de contornar a África para alcançar o Oriente (SANTOS, 1978, p. 24). As possibilidades de comércio, de reconhecimento ou até mesmo a genuína curiosidade, convidavam homens portugueses e estrangeiros a tomar parte do projeto de expansão em África, ao passo que o reino de Portugal se tornava um interposto entre as chegadas de vários lugares e as partidas para outros.

Lisboa havia se tornado o centro dinamizador de todas essas atividades, e a medida que se adentrava o continente africano além-mar, mais esta cidade sugeria prosperidade e atraía curiosos. A mais importante cidade do reino português levou a afirmações como a de Popielovo, em 1484, na qual escreve que “Lisboa será tão grande como Colônia ou Londres na Inglaterra”(GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 289), e a de outros que, passando também por outras cidades daquele reino, acabaram por se encantar por Lisboa. O viajante boêmio León de Rosmihal de Blatna escreveu por volta de 1466 que Lisboa era uma cidade “grandíssima” e a “cabeça de Portugal”, enquanto a cidade do Porto seria a “segunda cabeça de Portugal” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 261). O viajante HieronymusMunzer foi mais detalhista, conferiu uma página inteira de seu relato para descrever a “inclita” Lisboa. Para o alemão, Lisboa era maior e muito mais populosa que Nuremberg e as “pessoas de um e outro sexo são em Lisboa extremamente cortesãs”. Diz também sobre a diversidade da cidade, pois encontrou alguns alemães que ali residiam “como muitas outras gentes que ali residem.” Em suas palavras, os judeus eram riquíssimos, mas habitavam em bairros específicos (judiarias), que ocupavam três bairros inteiros. Estes, possuíam mais riquezas e tinham um bairro maior do que o dos mouros, mas ambas mourarias e judiarias tinham seus respectivos templos (MUNZER, 1924, p. 208).

A descrição detalhada de Munzer acerca das judiarias e mourarias mostram outro aspecto interessante do reino português. Embora com restrições, algumas até mesmo especificadas em jurisdições relacionadas às habitações, costumes, vestimentas e ofícios desses povos, ali havia certa liberdade de circulação e de convivência pacífica entre os cristãos, enquanto nos outros reinos da Cristandade tais povos haviam sido expulsos ou mesmo proibidos de circular (MACEDO, 2001, p.1-24). Não raro, cristãos e muçulmanos haviam celebrado alianças no passado em guerras contra Leão ou pela reconquista do Algarve durante os séculos XII e XIII; e os judeus, mais influentes política e economicamente, ocupavam importantes cargos nos negócios, nas finanças e no conselho da corte (DUARTE, 2011, p. 185).

Vários foram os que buscaram refúgio no reino português, outros que ali viram oportunidades de carreiras. Também houve aqueles, no caso de alguns dos viajantes confrontados neste artigo, que quiseram saber mais sobre o reino português, conferir de perto os aspectos da expansão e, se possível, participar da guerra travada com os mouros no norte da África. A imagem de certa opulência e luxo que a corte inspirava acabou por atrair um grande contingente de estrangeiros e aventureiros, fazendo com

que Portugal se tornasse um lugar de passagem e de encontro entre comerciantes, marinheiros, nobres cavaleiros e aventureiros de várias partes da Cristandade. Além disso, o aumento da procura de escravos e produtos de gênero alimentício ou de vestuário oriundos do Oriente e do norte da África também era um aspecto atraente àqueles homens (MICELI, 1994, p. 46).

Motivado pela guerra religiosa travada no norte da África, o nobre cavaleiro oriundo da Suábia, na região da Baviera, Jorge de Ehingen, viajou Lisboa em 1457 no intuito de pedir a graça do rei D. Afonso V para participar da então guerra contra os maometanos. O cavaleiro havia acabado de regressar de uma peregrinação pelos lugares santos no Oriente, onde participou também das guerras contra os turcos, ameaça iminente da Cristandade. As andanças deste cavaleiro no tardio século XV e a forma de redigir sua relação de viagem mostram as permanências dos ideais cavaleirescos individuais de cruzada ainda naquele século. Mas estes mesmos ideais também inspiravam os modos de vida dos nobres cavaleiros León de Rosmihal, Hieronymus Munzer e Nicolás de Popielovo, embora estes, em um misto de peregrinação e curiosidade pessoal acerca dos lugares santos e das novidades dos reinos, partiram em buscado conhecimento pessoal e de cartas de recomendação dos reis para que pudessem dar sentido e continuidade às suas viagens. Malgrado os anos de intervalo entre as três viagens, aventuraram-se no reino de Portugal motivados pelo semelhante propósito de saber mais sobre os desdobramentos expansionistas daquele reino. Ambos acabaram por demorar-se um pouco mais no reino em que “movia-se grande guerra contra o Islã em África”. Munzer e Nicolás de Popielovo, tanto ou mais se envolveu nos assuntos relacionados aos descobrimentos marítimos em África, que entre as descrições de seu itinerário escreveu longas linhas acerca das conquistas portuguesas em Guiné, no excerto que ficou conhecido como *De inventione Africae maritimae et occidentalis videlicet Genae per Infantem Heinricum Portugalliae*.⁴

Outro perfil de viajante que se dirigia ao reino português era o de que viajava com uma missão diplomática designada por reis, deslocando-se regularmente entre cortes buscando afiançar relações diplomáticas. Vários eram os assuntos: enlances matrimoniais, alianças bélicas, nascimentos reais, cerimônias solenes, autorizações papais, entre outros. A embaixada inglesa da qual Roger Machado fazia parte, saiu no ano de 1489 em direção à Castela para tratar de assuntos matrimoniais entre as coroas, e em seguida, dirigiram-se ao reino português para introduzir o rei D. João II na ordem de cavalaria inglesa da Jarreteira. Como visitantes ilustres que eram, foram agraciados com vários presentes e pequenas cerimônias nas vilas portuguesas que passaram até chegarem à corte em Lisboa, onde uma grande cerimônia estava sendo preparada em sua honra.

A recepção de estrangeiros: Festas, banquetes e presentes

Após muito viajar, o nobre cavaleiro Jorge de Ehingen, proveniente da Suábia, demorou-se no reino português no intuito de partir ao norte de África para participar da então guerra. Ressaltou que em Lisboa fora muito bem recebido por homens mais ou menos ilustres e lá “tantos foram os agrados, tantas as festas com que nos honraram”,⁵

⁴ Tradução da obra. IN: HIERONYMUS, Munzer. *Itinerary of the Discovery of Guinea*. FIRTH, James (translation and notes). London: British Library Cataloguing, 2014.

⁵ Tradução nossa.

impressionando-o de tal modo “que superaram em muito as que nos deram nos demais reinos e principados” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 231). Poucos anos mais tarde, o nobre cavaleiro boêmio León de Rosmihal de Blatna e seus acompanhantes entravam no reino de Portugal interessados em conhecer melhor aquele reino do sul e em receber a graça do então rei D. Afonso V. Anexado ao seu relato, está a carta de recomendação que D. Afonso V entregou ao cavaleiro, e que diz sobre aquele viajante ser bem-vindo em “todos os paços, portos, terras, reinos e domínios“ de sua jurisdição, como “por terra e por água, sem que necessite pagar qualquer espécie de tributo” de modo que recebendo tal salvo-conduto, pudesse circular onde lhe aprouvesse (GARCIA MERCADAL, 1999, p. 265).

Já o nobre cavaleiro Nicolás de Popielovo, não teve a mesma ventura que seus conterrâneos. Em 1484, ano de sua chegada em Portugal, a princípio não foi reconhecido pelos portugueses como o nobre que era. Em virtude disso, acabou por qualificar aquele povo negativamente e de modo geral como “ociosos e que não gostam de trabalhar, por isso não querem hospedar os indígenas nem os viajantes, nem para ganhar dinheiro; são grosseiros, sem bondade, gente sem compaixão, inclusive a própria gente do rei” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 293). A insatisfação de Popielovo se agravou quando finalmente chegando à corte de D. João II, os próprios cortesãos não reconheceram as condecorações em suas vestes “(...) me perguntaram se eu mesmo as coloquei, e a esta circunstância me deu a entender que aqueles senhores pouco haviam visto do mundo, por que nem sequer sabiam algo que convinha a um cavaleiro.” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 290).

Os viajantes fizeram variadas menções aos nobres da corte e às suas respectivas recepções. Nem sempre foram elogiosas, Popielovo, que fora tratado muito grosseiramente, além de “encarado tão descaradamente”, foi repreendido por ignorar a etiqueta de ter de beijar as mãos do rei. Nas palavras do cavaleiro, naquela corte existia aquele costume singular esclarece que “não o cumpri a princípio porque o ignorava (...). Não nasci nesta terra (...). Ignoro os costumes e a etiqueta desta corte, nada me disseram antes, nenhum de vós (nobres) me ensinou” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 294). Contrariamente à Popielovo, e melhor do que Egingen ou Blatna, a embaixada de Roger Machado fora muito bem recebida “por vários nobres e pessoas de alta linhagem, como cavaleiros, doutores e procuradores, advogados, escudeiros e outras pessoas de condição até o número de cem” (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2011, p.198). O chanceler de Portugal proferiu um discurso em nome de D. João II que dizia o seguinte

Seriam bem-vindos em sua terra, não como estranhos, senão como gente de seu próprio reino, porque tomava o rei de Inglaterra, seu primo, como a seu próprio irmão, seu verdadeiro amigo e velho aliado, e por esta razão eram bem vindos em seu reino mais que outros, de qualquer as nações. (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2011, p. 198).

A excepcionalidade da recepção de Roger Machado e seus acompanhantes distinguiu-se por se tratar do encontro diplomático e simbólico entre dois reinos. O prestígio da ocasião dependia também do nível social dos embaixadores, da importância de quem o enviava e da gravidade do assunto a ser tratado (LABARGE, 2011, p. 177).

Os integrantes da embaixada inglesa eram homens nobres que carregavam reputadas credenciais e que levavam importantes questões a serem tratadas entre o reino inglês e os reinos castelhano e português respectivamente, e por isso, a recepção foi prestigiosa e contou com a presença de homens ilustres em ambos os reinos.

Os nobres, dentro e fora da corte, eram facilmente reconhecidos pelos viajantes que vinham de longe em razão de suas vestes, insígnias e por sempre andarem acompanhados. Quando o cavaleiro Jorge de Ehingen narrou sua chegada ao palácio do rei D. Afonso V, afirmou ter encontrado “um salão magnífico, rodeado de príncipes e marqueses, e muitos senhores e cavaleiros”, e, ainda, que o rei D. Afonso V tinha em sua corte régia “dos mais graves e muitos condes, senhores e cavaleiros a seu serviço, e, sobretudo, uma bela esposa” (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2011, p. 199). Embora se deva considerar a capacidade de maior permeabilidade e mutaçãoda nobreza enquanto grupo nos finais da Idade Média, os nobres eram facilmente detectados e distintos em relação à sociedade como um todo. A corte portuguesa em finais do Quatrocentos, incorporou em seu seio homens de origens modestas que conseguiam a ascensão à nobreza pelos serviços prestados aos reis, ao passo que as tradicionais linhagens senhoriais e de sangue de Trezentos se mantiveram estavelmente. A corte era, em essência, o lugar da presença do rei e desses homens que o acompanhavam (GOMES, 1995, p. 63). Portanto, onde estava o rei, estava também sua corte e seu espaço de poder, especialmente em um período marcado pela itinerância dos reis e de suas cortes que foi o da Idade Média.

Os deslocamentos dos monarcas se davam por variadas razões. Em momentos calamitosos de guerra ou peste, os reis acabavam sendo obrigados a se deslocar com sua corte para os paços em outras cidades, mas a itinerância deambulada às residências de verão ou intentando o retiro espiritual e o exercício da caça, também eram bastante comuns. A embaixada inglesa de Roger Machado chegou à cidade de Lisboa durante a Semana Santa, e durante aquela semana não encontraram o rei D. João II, pois este havia se retirado para uma Igreja, que em alguns casos, servia também como residência régia temporária. Situação semelhante que mostra essa itinerância dos reis foi a de León de Rosmithal e seus companheiros, os viajantes encontraram com o rei D. Afonso V e seu séquito no castelo de Braga, e ali, foi recebido “muito honradamente”. Antes que partissem, o rei quis presentear-los com dois etíopes, pois sabia que na terra dos viajantes não era comum adquirir-los enquanto na sua “abundam”, a cada expedição traziam “cem mil ou mais etíopes de todos os sexos e idades.” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p.256).

Oferecer presentes a visitantes era igualmente uma forma de divulgar a liberalidade e ao mesmo tempo a autoridade dos reis. Os presentes tinham uma dimensão ritual, simbólica e social, e não diretamente pessoal, por estarem relacionados com a importância e o reconhecimento da missão ou do visitante em questão (BUESCU, 2010, p.304). A delegação de Roger Machado recebeu os melhores presentes que o rei português poderia oferecer a um visitante ilustre; que consistiam num cavalo mouro considerado o melhor do reino, com selas e acessórios fabricados à moda moura, bordados com fio de ouro, tudo totalizando “duzentas libras esterlinas”; além de receberem outros presentes menores, como “vinho e frutas, alimentos doces e outras esquisitices”, e de terem todas as suas despesas de estadia, alimentação e viagem arcadas pelo rei (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2011, p.194-195). Apesar das

queixas do cavaleiro Nicolás de Popielovo, este também foi agraciado pelo rei, tendo igualmente suas despesas custeadas. O silesiano chegou até a ressaltar a superioridade do presente do rei português em relação ao rei de Inglaterra: “o rei de Inglaterra me havia dado dois javalis mortos, e sua majestade queria me presentear dois mouros vivos, com outras coisas”, o que de fato ocorreu: “o tesoureiro recebeu também uma real ordem de comprar-me dois dos melhores mouros que se encontravam, e presentear-me em nome de sua majestade; cumpriu-se esta ordem” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 291-294). Do mesmo modo, anos atrás, o cavaleiro Jorge de EHINGEN e seus companheiros receberam do rei Afonso V valentes cavalos, “uma armadura de aço, chamada *vrigendien*”, uma taça cheia de moedas portuguesas, e aquilo que quiçá consideravam mais valioso: o assentimento do rei para lutarem contra os maometanos em África.

A preocupação por parte da nobreza sobre a impressão que os viajantes tiveram dos presentes, e a imagem que levariam de seu rei é explicitada por Popielovo na seguinte passagem:

No dia de minha partida me perguntaram alguns conselheiros e poderosos do rei se sua majestade me deu alguns presentes; quiseram desta maneira tentar minha inteligência, saber algo e convencer-me se eu depois falaria mal de sua majestade. Contestei-lhes que não havia vindo ali com o objetivo de receber presentes, e sim para conseguir a graça de sua majestade por toda minha vida. A isso me olharam sem saber em quê contestar-me, despediram-se e foram embora.

E reitera em sua defesa:

Ademais, disse, graças a Deus, não me faltava nada para meus gastos de sustento; por conseguinte, não buscava nem presentes nem agrados, e sim unicamente a consideração de sua majestade, a qual me fará mais feliz que todos os presentes reais (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 291).

Quando no decorrer do século XV, se verifica a maior preferência dos monarcas pelas regiões centrais de Portugal, especificamente, Lisboa, a corte portuguesa experimenta uma relativa sedentarização em relação aos séculos anteriores. Essa será uma característica que singularizará a realeza portuguesa do Quatrocentos em relação às anteriores, surgindo a figura do cortesão e seu “viver palaciano” que terá importante papel social, simbólico e formador da corte régia naquele século. Esses homens passaram a viver com continuidade na corte junto ao rei, contribuindo para a crescente complexidade das funções e cargos, como para a centralização do espaço de poder em uma capital. Assim, as cerimônias e festividades tornam-se indispensáveis nesse universo que se constitui, funcionavam como um elemento ordenador e que dava sentido à vivência cortesã. Era durante as festas e as cerimônias de recepção de estrangeiros onde os de fora poderiam melhor vivenciar o conjunto de valores e crenças de um reino, e os de dentro, como num espetáculo, apresentar a exuberância do viver palaciano e a dimensão dos poderes de seu monarca (GOMES, 1995, p. 295).

Roger Machado, apesar de se demorar mais tempo na descrição da visita de sua embaixada a Castela,⁶ não deixa de conferir elogios às festas que foram oferecidas

⁶ Devido aos limites deste trabalho, não analisaremos propriamente as descrições de Machado acerca das

em recepção de sua delegação no reino de Portugal, pois tinha sido “preparado um grande festival para os embaixadores”. Machado e seus companheiros assistiram a “bailes de homens e mulheres à moda do país, corridas de touros e combates corpo a corpo”, ressaltando que “toda diversão possível se organizou em sua honra” (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2011, p.192). Tais festas em recepção de visitantes às vezes duravam dias, e incluíam atividades como danças, caças e jogos. A embaixada inglesa esteve no reino português durante um mês, e neste ínterim, participou de caçadas, banquetes acompanhados de entretenimentos e músicas com “cantantes, trompetes, clarinetes, sacabuches e outros tipos de instrumentos”, bem como em bailes em que viu “o rei e a rainha bailarem em um círculo juntos” (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2011, p.193). Não tão diferente, foi a admiração do suábio Jorge de Ehingenanos antes na descrição das festividades da corte de D. Afonso V, o cavaleiro se mostrou surpreso ao escrever que “tantos foram os agrados, tantas as festas com que nos honraram, que superaram em muito as que nos ofereceram nos demais reinos e principados” e exclama: “Boa vida levávamos!” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p.231). O cavaleiro chegou a ser convidado e conduzido diversas vezes aos aposentos da rainha, onde “se celebraram alegres bailes”, e assistiram a montarias, “carreiras de cavalos, salto, combates, lutas e jogos de cavaleiros e banquetes” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p.198).

Outra festa é citada por Roger Machado, especificamente aquela que seria uma das principais razões de a embaixada inglesa passar pelo reino de Portugal: a entrega da ordem inglesa de cavalaria da Jarreteira ao rei D. João II. Contrastando com o entusiasmo das festas de recepção, esta fora, entretanto, uma cerimônia de outorga muito solene na presença de vários nobres, em honra de São Jorge. Neste dia, D. João II comeu e cavalgou vestindo a roupa da ordem, e no outro dia, após o rei trocar de roupa, ocorreu a festa em honra da ordem inglesa em um grande salão em que o rei e a rainha dançaram juntos, e depois o príncipe e as damas do reino. As ordens cavaleirescas inicialmente não estavam ligadas a uma especificidade de cada reino, pois cada ordem dispunha de um caráter exclusivo, marcadas por tradições de confrarias e de hábitos comuns entre distintos nobres e reis cristãos, e por isso, antes do século XIV, não constituíam em um tipo específico de festa da corte. Todavia, em finais desse século, seriam adaptadas como festas próprias da corte, pois era preciso lembrar a condição do rei como primeiro cavaleiro do reino e primeiro senhor feudal, sem, contudo, apagar essas primeiras características exclusivas de cada ordem (LADERO QUESADA, 2010, p. 109-115).

As danças e bailes, assistidas pelos três viajantes, propagavam valores em uma época marcadamente mobilizada pelo gesto (BUESCU, 2003, p. 382), e dessa forma, se impunham como símbolo de moderação e condição social, assim como a classe cavaleiresca tinha consciência de seu próprio estar no mundo, tratando de modelar seu corpo de acordo, esteticamente (esbelteza, robustez) e na forma de insígnias e emblemas, nas cores de suas vestimentas, no modo de cavalgar, etc (ZUMTHOR, 1993, p. 112). A dança, aquela em que o parceiro não se separa de sua parceira, tinha uma conotação exclusiva da nobreza. Machado especifica que “o rei e a rainha dançaram juntos [...]; [...] depois que o rei havia dançado, o duque saiu a dançar com uma jovem dama” (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2011, p.194). Por isso, normalmente os visitantes apenas assistiam e não participavam, enquanto o baile tinha uma implicação mais popular, que integrava os visitantes e outros convivas, simbolizando um desejo de

duas cortes, mas é importante destacar que o principal motivo de sua missão era tratar dos enlacs matrimoniais entre o príncipe Arthur de Gales e a princesa Catarina de Aragão na corte dos Reis Católicos.

unidade e harmonia novas, que no caso de embaixadores significava um entendimento entre cortes. Outra festividade que tomava essa conotação popular eram os torneios e as justas, nas quais toda a comunidade do reino poderia participar e que era, ao mesmo tempo, uma preparação para atividades guerreiras (COELHO, 2011, p. 144-169).

Outro aspecto que demonstra a dimensão dos rituais e até a sacralidade das cerimônias de recepção da corte, e que encontramos nos relatos, é a participação dos visitantes em banquetes. Popielovo se mostra particularmente admirado com o comedimento do rei D. João II à mesa, pois, contentava-se com “quatro ou cinco pratos em sua mesa, bebe[ndo] unicamente água sacada do poço, sem açúcar nem especiarias”, enquanto cerca de dez nobres o acompanhavam em pé ao lado da mesa “segundo ordem” e “apoiando sobre ela suas mãos e ventres” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p.295); o que o cavaleiro considerava uma grosseria. A mesa do rei tinha essa dimensão de representação política e hierárquica; política, porque o ato régio de comer nessas ocasiões servia de espetáculo para os nobres e os visitantes, sendo um privilégio poder ser o conviva do rei ou ao menos assisti-lo se alimentar, e hierárquica porque situava cada um em seu lugar de acordo com sua posição na escala do reino abaixo do rei (GONÇALVES, 2010, p. 226). Mas também dizia respeito às virtudes régias ligadas ao corpo, numa época em que cuidar do corpo estava relacionado ao equilíbrio dos humores (BUESCU, 2010, p. 311-314), e a alimentação desempenhava função primordial nesse cuidado - preocupação que Popielovo destaca em D. João II. À embaixada de Roger Machado foi oferecido um grande banquete, e embora não tenha contado com a presença do rei, estavam presentes bispos, cavaleiros e senhores da mais nobre linhagem, e juntamente com a comida foi oferecido entretenimentos com músicas e vários instrumentos; tipo de banquete, a propósito, comum em grandes festividades (GONÇALVES, 2010, p. 256-259).

O cavaleiro Jorge de Ehingen não chega a relatar se participou ou não de banquetes, mas não deixa de citar algumas peculiaridades alimentares do reino português, notadamente a base da alimentação de todas as classes do reino. Apresenta-o como “um reino bem cultivado, e prosperam nele os frutos mais variados: esquisitos vinhos, grãos, azeite, açúcar, mel, passas e, ademais, muito sal”. Popielovo refere, ainda, o intercâmbio alimentar do reino português com as ilhas atlânticas, pois nas ilhas de Santo Antônio e Santo Tomás, “a 1.300 milhas distante”, se “criam muitíssimos pássaros, grão do paraíso (espécie de pimenta), marfim e outras coisas” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p.231-299). A diversidade dessas trocas que eram em grande parte, alimentares, é descrita também por Munzer quando este escreveu sobre a riqueza do reino de D. João II. Reparou que no porto de Lisboa vendia-se “toda classe de víveres e frutas, como avelãs, nozes, amêndoas, figos, etc.” e sardinhas que eram pescadas em Setúbal em uma quantidade suficiente “para suprir a todo Portugal, Espanha, Roma, Nápoles e a Constantinopla (...)” (MUNZER, 1924, p. 211).

O espaço social tendia assim, a projetar-se como um espelho de si mesmo, ou seja, adquiria as características do grupo que o presidia, fazendo com que esses detalhes se exibissem desde os gestos e as vestimentas até as festas e comemorações, tendo nos reis, sua representação máxima (SCHMITT, 1990, p. 357). As impressões sobre os monarcas foram igualmente dignas de memória. O rei D. Afonso V é descrito pelo cavaleiro suábio Jorge de Ehingen no ano de 1457 quando este deveria ter entre 24 e 25 anos, como o “príncipe mais disposto e mais cristão guerreiro e justificado” que já

conhecera (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 231). Ao falar de D. João II, o silesiano Nicolás de Popielovo é preciso: “o rei de Portugal, com nome de João, é de mediana estatura, um pouco mais alto que eu”, e apesar das duras críticas que conferiu aos portugueses em geral, para ele, “não cabia dúvida que entre todos os seus é o único sábio e virtuoso” e “um senhor de alta inteligência” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p.292). Hieronymus Munzer também enaltece as qualidades de D. João II descrevendo-o como de “condição aprazível, de ânimo sagaz e que governa seu reino pacífica e tranquilamente”, e ainda dá detalhes da vida do rei para além das formalidades do encontro ao acrescentar que o monarca “estreitou-se em seus braços” e “estava de mal cor” pois “desde que morreu seu filho D. Afonso por consequência da queda de um cavalo que montava, havia quebrantado sua saúde”. Ademais, o cavaleiro germânico finalizou o relato de seu encontro com o rei desejando que Deus concedesse “longos dias de vida a tão excelente soberano” (MUNZER, 1924, p. 206). O embaixador Roger Machado, por sua vez, não se detém em elogios ou descrições sobre a pessoa do rei, mas como Munzer, também manteve um contato mais íntimo com o monarca comparativamente aos demais viajantes, ao relatar que em diversos momentos sua embaixada conversou à parte e a sós com o rei. (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2011, p. 198-199).

Considerando os perfis dos viajantes: nobres cavaleiros e embaixadores; as nuances de seus registros e passagens: uns mais demorados e outros mais rapidamente; as boas impressões de uns e de outros não tão boas assim, pudemos depreender dos relatos uma unidade ao menos no que diz respeito às menções que fazem das especificidades da corte portuguesa. Jorge de Ehingennarrou que no tempo em que esteve na corte Afonsina, presenciou o seguinte acontecimento:

[...] neste tempo veio em busca do rei uma mensagem urgente de África, da capitania principal de Ceuta, anunciando que o rei mouro de Fez, com ajuda de outros reis da África, se preparava com grandes algazarras e com milhares de soldados a atacar Ceuta, propondo conquistá-la e reduzi-la de novo a seu império. Visitamos, pois, o rei para averiguar se era certo. (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 295).

O que motivou a viagem do cavaleiro ao reino português foi justamente seu desejo de participar na guerra travada contra os mouros no norte da África, pois sabia que aquele reino “mantinha uma cruel guerra contra o rei mouro de Fez”. Pelos reinos cristãos corriam as notícias da expansão portuguesa em África, instigando a curiosidade de pequenos cavaleiros ou mesmo de reinos que buscavam saber mais sobre a dimensão das conquistas. A chegada de caravelas portuguesas abarrotadas de produtos exóticos, cativos, quantidades significativas de ouro, além das conquistas territoriais, tornavam os feitos dos portugueses ainda maiores para esses homens que vinham de tão longe conferir de perto. Munzer ressaltou que D. João II enviava todo ano à África “tecidos de lã de várias cores (...), telas, cavalos, diversas mercadorias de Nuremberg, caldeiras de cobre (...), capas de Inglaterra e de Irlanda e outra infinidade de coisas” e trazia “ouro, escravos, pimentas, grãos do paraíso, grande quantidade de dentes de elefante” (MUNZER, 1924, p. 205). Popielovo foi ainda mais preciso ao lembrar em seu relato os memoráveis feitos do tempo de D. Afonso V, e que foram herdados por D. João II, “este rei tem em seu poder o reino de Portugal e Algarvia, o primeiro desta parte e o último da outra do mar, um em Europa e outro em África, chamado Berbéria”. Mesmo

sem conhecer o território africano e confundindo algumas regiões, o cavaleiro tentou pormenorizar explicando que “nas possessões dos mesmos estabeleceu o rei de Portugal dois castelos” onde “àquelas comarcas se dá o nome de Guiné, de onde se tira muito ouro e um sem número de mouros presos que levam a Portugal. Ademais, o rei de Portugal mandou estabelecer um castelo no lugar das minas de ouro, as quais se produzem imensos tesouros a cada ano.” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 293).

Aquele reino, reconhecido por Ehingen como sendo de “gente esclarecida, poderosa e rica” (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 231), deixava as conquistas do norte, e naqueles anos, já as da costa atlântica africana, transparecerem no próprio universo da corte. Os presentes, como especificados anteriormente, os tecidos mouros das vestimentas reais, as danças mouras presenciadas, ou ainda, os detalhes arquitetônicos como aqueles reparados por Munzerna porta de uma Igreja em Évora: “vimos parte do pé de uma serpente trazida de Guiné, cuja largura era de trinta palmos e grossa como um homem”, causavam muita “admiração quando trazidos das terras etíopes ou de suas ilhas adjacentes” (MUNZER, 1924, p. 205).

As narrativas externam certas preferências e parâmetros de valores compartilhados na corte portuguesa e em parte entre outras coroas europeias, pois naquele momento e para aqueles homens, os produtos exóticos oriundos de África eram sinônimos de riqueza e grandeza, especialmente pela crença de que havia abundância de ouro naquelas paragens. D. Afonso V e principalmente D. João II, eram grandes entusiastas dos produtos oriundos de África (COSTA LUIS, 2013, p. 29), segundo Popielovo, “o rei (D. João II) tem constantemente sua gente no mar para buscar mais ilhas” e encontrar algum proveito (GARCÍA MERCADAL, 1999, p. 293). E esses parâmetros de magnificência eram constatados nas situações em que a corte régia mais se mostrava, a entrega de presentes, os membros da corte e sobretudo nas festas e cerimônias cortesãs.

O cronista oficial do reino português à época das viagens, Rui de Pina, descreveu o rei que foi D. João II, e sua descrição corresponde ao que também registraram os viajantes. Pina ressaltou que de ouro, prata e dinheiro “e outras semelhantes coisas foi sempre, e por muitas maneiras tão solícito consumidor, como liberal, e muito magnífico gastador”, e que “nunca pôde, nem soube dar pouco, nem a poucos, mas muito, e a muitos”, Pina, coloca, assim, essa dupla faceta do Príncipe Perfeito, um rei que possuía uma grandeza de tesouros superior a de outros reinos, na qual “cristãos, religiosos, como bárbaros e infiéis, todos com respeitos de serviço de Deus, e seu, e por honra, e acrescentamento maior de sua coroa, recebiam dele continuamente mercês, e com grande certeza” (PINA, 1950, p. 204), e ao mesmo tempo estendia a todos grandes dádivas de boa vontade (MENDONÇA, 1995, p. 56).

Ademais, acrescenta o cronista, nunca teve pujança imprudente e leviana, “foi homem que comeu bem e, porém, nunca mais de duas vezes por dia, e até a idade de trinta e sete anos em que adoeceu sempre bebeu água, e nunca vinho”. A imagem que se queria de um rei como D. João II e da magnificência de sua corte, aos poucos, se confundia com as impressões de homens que se destinavam para o reino português e mantinham certo contato com o rei; opiniões estas adquiridas e formadas pelas notícias correntes no território cristão, ou pelo próprio testemunho da experiência. De cá e de lá, estrangeiros e portugueses trocaram impressões comuns e deram maior nitidez ao universo magnífico que foi a corte portuguesa no desfecho do século XV, permitindo-nos entrever como pouco a pouco e gradualmente o reino do sul se transformava de

forma decisiva a partir do contato com a África.

Considerações Finais

Os relatos de viagens de homens que foram para a Península Ibérica na centúria de Quatrocentos compõem o fio de uma trama que nos permite entrever e ter acesso a uma infinidade de aspectos e singularidades que dizem sobre tais reinos e reinados. Ademais, dizem sobre eles mesmos, sobre os impulsos de suas viagens sobretudo sobre os valores que partilhavam como cavaleiros, mercadores ou embaixadores. No intuito de traduzir, relatar e conhecer os mundos próximos e distantes para si, aqueles homens acabaram por deixar entrever em seus relatos, os parâmetros e as condutas que os guiavam, bem como os modelos de identificação e compreensão construídos sobre outras terras e outros povos. Tais valores estavam ligados às suas terras de origem, às suas funções em uma sociedade profundamente hierarquizada e que era guiada sobretudo pelos valores morais cristãos, pois a natureza e a graça, o temporal e o espiritual, não estavam dissociados.

Buscamos, neste artigo, cotejar as formas de contar a história de um mesmo reino, aquele em expansão, em uma situação específica, a chegada e recepção de estrangeiros. E entre os vários dizeres, está o que singularizou o reino português entre os demais europeus: “o navegar mares nunca por ninguém navegados”.⁷ A descoberta de novos mundos acabou por trazer-los para perto, incorporando os frutos do encontro no cotidiano do reino, na ostentação da corte e nos costumes dos portugueses. Alguns dos que viajaram, quiseram conferir de perto as especiarias, o ouro, a malagueta, os víveres de todo o tipo e os cativos mouros e etíopes que chegavam diariamente nos portos portugueses. Quiseram, igualmente, conhecer pessoalmente o rei D. Afonso V que era denominado de O Africano, e também o seu filho, o *Príncipe Perfeito*.

Procuramos também, ao analisar nos relatos o que os estrangeiros puderam dizer sobre o universo da corte portuguesa, nomeadamente as festas, banquetes, presentes, membros e cerimônias, levar em consideração os lugares comuns daqueles relatos. Dependendo do intuito das missões, como no caso dos embaixadores, estes deveriam seguir certos protocolos na redação de suas viagens, tendo em vista o compromisso de entrega-las aos monarcas. Os cavaleiros, a seu modo, eram guiados pelos valores nobres e por propósitos mais ou menos comuns, portanto, acabavam recorrendo a certas repetições discursivas ou mesmo a protocolos comuns - como anexar a carta dos reis em seus relatos. A despeito disso, os viajantes não deixaram, vez ou outra, de lançar juízos morais ou citar aspectos que iam além dos protocolos, como fez Popielovo, ao criticar em várias passagens os portugueses, ou ao reparar de maneira curiosa alguns pormenores dos costumes daquele povo. O silesiano realçou as características físicas dos portugueses, e acabou lançando certos juízos morais ao dizer que aqueles eram “mais feios de fisionomia” do que os ingleses, e as mulheres, “poucas tem belas” e “parecem mais homens que mulheres”, mas nos “amores são ardentes como as inglesas” (GARCÍA MERCADAL, 2011, p. 292).

Os comentários que expressaram certo encantamento pelas singularidades do reino ou a curiosidade por detalhes não tão relevantes, acabam por mostrar essa

⁷ CADAMOSTO, Luis de. *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948.p.6.

dimensão dos relatos, que dos lugares e protocolos comuns, passavam pelas impressões pessoais e por vezes fugiam das sinalizações esquemáticas. Entretanto, mesmo que os relatos recorressem a certas convenções, elas também nos dizem sobre crenças que eram partilhadas acerca do estar e situar-se no mundo, ao passo que deixaram entrever o outro que estava sendo esboçado.

Referências Bibliográficas

BELLO LEÓN, Juan Manuel; HERNÁNDEZ PÉREZ, Beatriz. Una Embajada Inglesa a la Corte de los Reyes Católicos y su descripción en el <<Diario>> de Roger Machado. Año 1489. *Revista En La España Medieval*. Disponível em <<<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/viewFile/ELEM0303110167A/22122>>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

BUESCU, Ana Isabel. *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, Ritos e Memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

BUESCU, Ana Isabel. SOUSA, João Silva de. MIRANDA, Maria Adelaide (org.) *O corpo e o gesto na civilização medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

COELHO, Maria Helena da Cruz. A Festa – A convivialidade. IN: MATTOSO, José. (org.) *História da vida privada em Portugal*. Portugal: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

COSTA LUIS, Alexandre Antonio de. *Portugal Messiânico e Imperial de D. João II*. Covilhã: Lusosofia, 2013.

DUARTE, Luís Miguel. Marginalidade e Marginais. IN: MATTOSO, José. (dir.). VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. (coord.). *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.

GARCÍA MERCADAL, J. *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*. Junta de Castilla y León :Consejería de Educación y Cultura, 1999.

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Portugal: Difusão Editorial, 1995.

GONÇALVES, Iria. A Alimentação. IN: MATTOSO, José. (org.) *História da Vida Privada em Portugal*. Portugal: Temas e debates – Círculo de Leitores, 2010.

LABARGE, Margaret W. *ViajerosMedievales: Los Ricos y losInsatisfechos*. Madrid: Nerea, 2000.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Las Fiestas en la Cultura Medieval*. Espanha: Areté, 2004. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.

MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: A África e o saber enciclopédico medieval. SIGNUM: *Revista da ABREM*, Vol. 3, p. 101-132, 2001.

MENDONÇA, Manuela. *D. João II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos – viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

MOLLAT, Michel. *Los Exploradores delSiglo XIII al XVI. Primeiras Miradas sobre Nuevos Mundos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

MUNZER, Hieronymus. *Viaje por España y Portugal enlosaños 1494 y 1495*. PUYOL, Júlio

(trad.). *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo 84, 2010. pp. 197-279. Disponível em: <<<http://www.cervantesvirtual.com/obra/jeronimo-munzer-viaje-por-espana-y-portugal-en-los-anos-1494-y-1495-conclusion/>>> Acesso em: 01 Nov. 2017.

NEWTON, A. P. *Traveland Travellers in the Middle Ages*. New York: Barnes & Noble, 1967.

PINA, Rui de. *Croniqua Del Rey Dom Joham II*. Editado por Alberto Martins de Carvalho. Coimbra: Livraria Editora L., 1950.

SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Junta de Investigação Científicas do Ultramar – Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

SCHMITT, J. C. *La Raison des gestes dans l'Occident Medieval*. Paris: Gallimard, 1990.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 2014.

ZUMTHOR, Paul. *La Medida del Mundo*. Madrid: Cátedra, 1993.